



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria

Natureza: Inquérito Civil
Número: 268.2020.700
Portaria n. 20/2020 (de 18 de novembro de 2020)
Procurador: Glaydson Santo Soprani Massaria
Município: Santo Antônio do Grama/MG

DESPACHO

1. O presente Inquérito Civil busca apurar a “*contratação de médico, a realização de contratações temporárias em desrespeito ao art. 21, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal e em prejuízo de candidatos aprovados em concursos públicos, bem como o ‘afastamento informal’ de servidores efetivos por questões políticas*” (nos termos da Portaria 20/2020, de 18 de novembro de 2020).
2. Em despacho proferido em 10/03/2021, o Ministério Público de Contas analisou, de forma consolidada, as respostas do Município de Santo Antônio do Grama/MG às requisições anteriormente realizadas no curso do presente Inquérito Civil. Naquela oportunidade, observou-se o atendimento parcial a tais requisições, *in verbis*:

Foram requisitados documentos ao Município de Santo Antônio do Grama/MG (por meio dos Ofícios abaixo especificados). Entretanto, a documentação apresentada não atendeu integralmente ao que foi requisitado:

Ofício n. 38/2020/PGSSM/MPC	
Descrição do item requisitado	Resposta do Município
- Cópia integral do <i>Processo Licitatório n. 029/2020 - Credenciamento 001/2020</i> que resultou na contratação da <i>CLIVAP Ltda.</i> (CNPJ 12.251.202/0001-95)	Atendido pelo Ofício 195/2020
- Notas de Empenho relativas a tal contratação, instruída com as respectivas notas fiscais, comprovantes de pagamentos e demais documentos instrutórios	Atendido pelo Ofício 195/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria

Ofício n. 39/2020/PGSSM/MPC	
Descrição do item requisitado	Resposta do Município
- Relação de todos os servidores públicos que foram desligados da Administração Municipal no período de 01/01/2020 até 15/11/2020. Deve constar, em tal listagem, a data do desligamento e a sua motivação.	Ofício 196/2020. Foram apresentadas as relações servidores ocupantes de cargos comissionados e de contratações temporárias desligadas, embora não tenham sido apresentadas as motivações.

Ofício n. 40/2020/PGSSM/MPC	
Descrição do item requisitado	Resposta do Município
- Cópia das nomeações, posses, desistências e eventuais desligamentos relativos aos candidatos aprovados para o cargo de médico do último concurso público do Poder Executivo de Santo Antônio do Grama.	Atendido pelo Ofício 197/2020.

Ofício n. 41/2020/PGSSM/MPC	
Descrição do item requisitado	Resposta do Município
- Controle de jornada (com horários de entrada, saída e de refeição), assim como a identificação de todos os pacientes que foram atendidos pelo médico Juan Dias Lima.	Ofício 198/2020 apresentou cópia dos controles de jornada, mas informou que "não foi possível até o presente momento identificar nome completo, RG e CPF de todos os pacientes"



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria

	<i>atendidos</i>
- Controle de jornada (com horários de entrada, saída e de refeição), assim como a identificação de todos os pacientes que foram atendidos pelo médico Árboly Xavier Santos.	Ofício 198/2020 apresentou cópia dos controles de jornada, mas informou que <i>“não foi possível até o presente momento identificar nome completo, RG e CPF de todos os pacientes atendidos”</i>
- Controle de jornada (com horários de entrada, saída e de refeição), assim como a identificação de todos os pacientes que foram atendidos pelo médico Marcus Vinicius Leal.	Ofício 198/2020 apresentou cópia dos controles de jornada, mas informou que <i>“não foi possível até o presente momento identificar nome completo, RG e CPF de todos os pacientes atendidos”</i>

Ofício n. 42/2020/PGSSM/MPC	
Descrição do item requisitado	Resposta do Município
- Ato normativo do Município de Santo Antônio do Gramma regulamentando o trabalho à distância ou o isolamento social de servidores públicos municipais durante a Pandemia COVID-19.	Ofício 199/2020 apresentou cópia do Decreto 024, de 01º de abril de 2020
Em caso afirmativo, deve ser informada a listagem de servidores que ficaram totalmente dispensados de suas atividades.	Não atendido

Despacho de 18/12/20 (juntado ao SIMP em 08/01/2021)	
Descrição do item requisitado	Resposta do Município
- cópia das notas de empenho de todos os pagamentos de auxílios financeiros realizados nos anos de 2017 a 2020, incluindo a	Item não requisitado ao Município pelo



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria

documentação instrutória anexa (recibos, notas fiscais, comprovantes de transferência ou depósitos, etc.);	Ofício n. 04/2021/PGSSM/MPC
- relação dos beneficiários que receberam auxílios financeiros, vales, cestas básicas, etc., no período de 2017 a 2020, bem como cópia dos cadastros desses beneficiários perante a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou declaração expressa de inexistência;	Item não requisitado ao Município pelo Ofício n. 04/2021/PGSSM/MPC
- cópia das notas de empenho relativas à aquisição de cestas básicas (inteiras e itens avulsos para montagens de cestas) realizadas nos anos de 2017 a 2020 (incluindo a documentação instrutória anexa), bem como cópia integral dos respectivos processos licitatórios que deram suporte às aquisições, ou declaração expressa de inexistência;	Item não requisitado ao Município pelo Ofício n. 04/2021/PGSSM/MPC
- relação dos beneficiários que receberam cestas básicas no período de 2017 a 2020, bem como cópia dos cadastros desses beneficiários perante a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou declaração expressa de inexistência;	Item não requisitado ao Município pelo Ofício n. 04/2021/PGSSM/MPC
- que informe se há no Município de Santo Antônio do Gramma servidores efetivos ou comissionados capacitados e aptos a exercerem a função de pregoeiro;	Não atendido
- que envie cópia dos instrumentos de designação da contratada Fernanda Rodrigues Hermenegildo como Pregoeira ou membro de comissão de licitação do Município de Santo Antônio do Gramma no período de 2017 a 2020;	Não atendido
- cópia das notas de empenho de todos os pagamentos realizados para a contratada Fernanda Rodrigues Hermenegildo nos anos de 2017 a 2020, incluindo a documentação instrutória anexa (recibos, notas fiscais, comprovantes de transferência ou depósitos, etc.), bem como cópia integral do respectivo processo licitatório que deu suporte à referida contratação;	Atendido pelo Ofício 06/2021 (juntado ao SIMP em duas partes), com a ressalva de que os documentos de abril a novembro de 2017 não foram localizados, possivelmente devido a perda de documentos ocorrida em enchente (ocorrida em dezembro de 2017)
- cópia das notas de empenho relativas ao pagamento de cursos de especialização para a contratada Fernanda Rodrigues Hermenegildo nos anos de 2017 a 2020, (incluindo a	Atendido pelo Ofício 06/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria

documentação instrutória anexa como certificados de participação, notas fiscais, etc.).	
--	--

Para suprir as mencionadas deficiências no atendimento das requisições do Ministério Público de Contas, expeça-se ofício requisitório ao chefe do Executivo Municipal de Santo Antônio do Grama/MG para que, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, encaminhe as seguintes informações e documentos:

- a) complementação das informações relacionadas a apresentação da relação de todos os servidores públicos que foram desligados da Administração Municipal no período de 01/01/2020 até 15/11/2020, para fazer constar as motivações dos desligamentos ou declare expressamente a sua inexistência;
- b) complementação das informações relacionadas a apresentação do Controle de jornada dos médicos Juan Dias Lima, Árboly Xavier Santos e Marcus Vinícius Leal, para fazer constar o nome completo, RG e CPF de todos os pacientes atendidos pelo referido profissional de saúde ou declare expressamente e fundamentadamente a impossibilidade de fazê-lo;
- c) complementação das informações relacionadas ao Decreto 024, de 01º de abril de 2020 (Ofício 199/2020), para fazer constar a listagem de servidores que ficaram totalmente dispensados de suas atividades ou declarar expressamente não ocorrido a dispensa total;
- d) informação expressa se há no Município de Santo Antônio do Grama servidores efetivos ou comissionados capacitados e aptos a exercerem a função de pregoeiro;
- e) cópia dos instrumentos de designação da contratada Fernanda Rodrigues Hermenegildo como Pregoeira ou membro de comissão de licitação do Município de Santo Antônio do Grama no período de 2017 a 2020;
- f) cópia das notas de empenho de todos os pagamentos de auxílios financeiros [assistenciais, tais como cesta básica alimentar a pessoas carentes, pagamentos de aluguéis etc] realizados nos anos de 2017 a 2020, incluindo a documentação instrutória anexa (recibos, notas fiscais, comprovantes de transferência ou depósitos, etc.);
- g) relação dos beneficiários que receberam auxílios financeiros, vales, cestas básicas, etc., no período de 2017 a 2020, bem como cópia dos cadastros desses beneficiários perante a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou declaração expressa de inexistência;
- h) cópia das notas de empenho relativas à aquisição de cestas básicas (inteiras e itens avulsos para montagens de cestas) realizadas nos anos de 2017 a 2020 (incluindo a documentação instrutória anexa), bem como cópia integral dos respectivos processos licitatórios que deram suporte às aquisições, ou declaração expressa de inexistência;
- i) relação dos beneficiários que receberam cestas básicas no período de 2017 a 2020, bem como cópia dos cadastros desses beneficiários perante a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou declaração expressa de inexistência;
- j) a relação (e a ordem de classificação) dos candidatos aprovados para o cargo de médico no último concurso público do Poder Executivo de Santo Antônio do Grama;
- k) informação expressa sobre o método a partir do qual se definiu o número de plantões médicos a serem prestados pela CLIVAP em cada mês, uma vez que o número de plantões diurnos e noturnos foram inconstantes;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria

l) a forma de controle (acompanhada da comprovação de sua realização) com a qual o Município aferia se os plantões eram efetiva e adequadamente prestados pela CLIVAP;

m) a explicação dos reiterados pagamentos de quilometragens a Fernanda Rodrigues Hermenegildo (motivo do pagamento, qual o trecho deslocado, qual compromisso realizado), ou declaração expressa da falta total ou parcial de tal controle.

3. Por meio do “Ofício n. 69/2021/CAOP/MPC”, esses documentos foram requisitados ao Município de Santo Antônio do Gramma/MG que, entretanto, restou inerte até a presente data.
4. Saliente-se que, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ignorar requisições do Ministério Público caracteriza ato de improbidade administrativa. Nesse sentido, transcreve-se o julgado abaixo:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL. (OITO) OFÍCIOS ENVIADOS PELO MPF A FIM DE INSTRUIR INQUÉRITO CIVIL COM OBJETIVO DE PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA CONTENÇÃO DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL. SILÊNCIO INJUSTIFICADO (PELA DEMORA DE TRÊS ANOS) DA PARTE RECORRIDA. ELEMENTO SUBJETIVO DOLOSO. CARACTERIZAÇÃO. ART. 11 DA LEI N. 8.429/92. INCIDÊNCIA.

1. Os órgãos julgadores não estão obrigados a examinar todas as teses levantadas pelo jurisdicionado durante um processo judicial, bastando que as decisões proferidas estejam devida e coerentemente fundamentadas, em obediência ao que determina o art. 93, inc. IX, da Lei Maior. Isso não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. Neste sentido, existem diversos precedentes desta Corte. Precedentes.

2. Tem-se, na origem, ação civil pública por improbidade administrativa ajuizada em face da parte ora recorrida em razão do não-atendimento injustificado de 8 (oito) ofícios a ela enviados pela parte recorrente, os quais objetivavam instruir demanda ambiental.

3. O acórdão recorrido, em relação a este conjunto fático-probatório, entendeu que, embora desarrazoado o tempo exigido para a confecção de uma única resposta aos referidos ofícios, as condutas impugnadas poderiam ser imputadas à parte ré no máximo a título de culpa (por desídia), mas nunca a título de má-fé ou dolo.

4. Para ratificar tal conclusão, os magistrados a quo asseveraram, ainda, que a empresa sobre a qual se pretendia obter informações e o ente responsável por fornecê-las (de que a recorrida era diretora-geral) localizavam-se a trezentos e cinquenta quilômetros de Salvador/BA, sede da parte recorrente oficiante, o que justificaria a demora.

5. Levantou-se, por fim, que a depreciação das estruturas públicas acarreta natural demora na consecução das atividades a elas inerentes.

6. Não se aplica o Verbete n. 7 desta Corte Superior em questões de improbidade administrativa quando a origem deixa bem consignado, no acórdão recorrido, os fatos que subjazem à demanda. Isto porque a prestação jurisdicional pelo Superior Tribunal de Justiça no que tange à caracterização do elemento subjetivo não é matéria que envolva a reapreciação do conjunto probatório e muito menos incursão na seara fática, tratando-se de mera qualificação jurídica dos mesmos - o que não encontra óbice na referida súmula.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria

7. O que está em exame, agora, é se, os fatos, como narrados no acórdão, podem levar em tese à configuração do dolo para fins de enquadramento da conduta no art. 11, inc. II, da Lei n. 8.429/92. E, adiante-se, a resposta é positiva.

8. Sem dúvida, são relevantes os fundamentos da origem no que tange à distância existente entre o órgão oficiante e o órgão oficiado, bem como a rotineira falta de apoio estrutural e logístico dos órgãos públicos - muito embora, frise-se, o órgão oficiado, conquanto distante do órgão oficiante, estava próximo dos fatos e da empresa sobre a qual recairia o inquérito civil (perto, em resumo, dos fatos sobre os quais deveria prestar informações).

9. No entanto, em razão das peculiaridades do caso concreto, nenhum deles é suficiente para afastar o elemento subjetivo doloso presente nas condutas externadas.

10. Na esteira do que foi asseverado antes, na espécie, a parte recorrida deixou de responder a diversos ofícios enviados pelo Ministério Público Federal com o objetivo de instruir demanda cujo objetivo era combater danos ambientais. Foram necessários oito ofícios solicitando informações para, somente três anos, depois, a recorrida prestar resposta.

11. É evidente que o prazo de cinco dias usualmente constante dos pedidos remetidos pela parte recorrente poderia ser insuficiente para uma resposta adequada. Tanto que a autoridade recorrida solicitou prorrogação, tendo sido esta deferida pelo próprio órgão oficiante.

12. Nada obstante, a inércia da Diretora-Geral do Conselho de Recursos Ambientais do Estado da Bahia (CRA/BA) por longos três anos manifesta uma falta de razoabilidade sem tamanho, mesmo levando em consideração a distância e o eventual mal-aparelhamento das unidades administrativas.

13. O dolo é abstratamente caracterizável, uma vez que, pelo menos a partir do primeiro ofício de reiteração, a parte recorrida já sabia estar em mora, e, além disto, já sabia que sua conduta omissiva estava impedindo a instrução de inquérito civil e a posterior propositura da ação civil pública de contenção de lesão ambiental.

14. Inclusive, da inicial dos autos, consta que, no último ofício enviado por membro do Ministério Público Federal constavam advertências explícitas e pontuais dirigidas à recorrida a respeito da possível caracterização de crime e improbidade administrativa.

15. Não custa pontuar que, na seara ambiental, o aspecto temporal ganha contornos de maior importância, pois, como se sabe, a potencialidade das condutas lesivas aumenta com a submissão do meio ambiente aos agentes degradadores.

16. Tanto é assim que os princípios basilares da Administração Pública são o da prevenção e da precaução, cuja base empírica é justamente a constatação de que o tempo não é um aliado, e sim um inimigo da restauração e da recuperação ambiental.

17. Note-se, vez mais, que ambos foram amplamente incorporados pelo ordenamento jurídico vigente, ainda que de modo implícito, como deixam crer os arts. 225 da Constituição da República e 4º e 9º (notadamente o inc. III) da Lei n. 6.938/85, entre outros, passando a incorporar o princípio da legalidade ambiental.

18. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido, a fim de remeter os autos à origem para sequência da ação de improbidade administrativa.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria

(REsp 1116964/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 02/05/2011) (*grifos e negritos acrescidos*)

5. Dessa forma, determino que seja expedida nova requisição, acompanhada deste despacho.
6. Fixo o prazo de 10 (dez) dias para a efetiva apresentação dos documentos e explicações requisitados, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.625/1993.

Atenciosamente,

Belo Horizonte-MG, 4 de agosto de 2021


Glaydson Santo Soprani Massaria
Procurador do Ministério Público de Contas